



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2020

ARP nº. 21/2020

PROCESSO nº. 0000420-79.2019.6.22.8000 - SEI

Pregão Eletrônico nº. 14/2020

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **CMK AUTOMOÇÃO COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **22.416.068/0002-70**, com sede Rua Dagoberto Nogueira 100 – Sala 403, Itajaí/SC. CEP 88.301-060, Telefone(s): 11 2368-0357 / 11 99933-1073 e E-mail(s): governo@cmkautomacao.com.br, neste ato representada pela senhora **CRISTIANE MARTINS MOIA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 19.738.709-3 SSP/SP e CPF nº. 151.185.878-83, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	Descrição	Unid	Quant	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
01	Item 01 do Edital. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta; Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro; Velocidade de impressão no mínimo 6 polegadas (152 milímetros) por	Unid	30	2.190,00	65.700,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	segundo; Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo. Suporte a impressão de códigos de barras lineares: 1D : EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB 2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para cartão SD; Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina; Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes; Suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas; Interface de comunicação serial, paralela, USB; Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75 ^a ; Marca: TSC.				
02	Item 03 do Edital. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta; Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro; Velocidade de impressão no mínimo 6 polegadas (152 milímetros) por segundo; Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo. Suporte a impressão de códigos de barras lineares: 1D: EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB 2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para cartão SD; Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina; Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes; Suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas; Interface de comunicação serial, paralela, USB; Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75 ^a ; Marca: TSC.	Unid	10	2.190,00	21.900,00
Valor Total da ARP (R\$)					87.600,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os equipamentos deverão ser entregues no Depósito de equipamentos da STI do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, na Av. Presidente Dutra, 1889, Anexo II – Bairro Baixa União, Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, mediante prévio agendamento pelo(s) telefone(s) 69 3211-2003 e 3211-2043, bem como e-mail cosupue@tre-ro.jus.br .

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, a Gestão desta ARP ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE) e a fiscalização ficará a cargo do titular da Seção de Suporte Especializado (SESUE), ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas no art. 27 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, em suas ausências.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 28 de maio de 2020.

	CRISTIANE MARTINS
--	--------------------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	Pela Adjudicatária Forn
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874- Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/05/2020, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MARTINS MOIA, Usuário Externo**, em 29/05/2020, às 11:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 29/05/2020, às 14:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 29/05/2020, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1072020
Disponibilização: 03/06/2020
Publicação: 04/06/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO

Extrato de Atas de Registro de Preços

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços 20 e 21/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 14/2020/TRE-RO. Processo **SEI 0000420-79.2019.6.22.8000. ARP 20/2020**. Adjudicatária: **VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ: 21.997.155/0001-14**. Objeto: **I) Item 02 do Edital. TABLET 3. Processador Octa core 1.8, 1.6 GHz ou superior; 4. Sistema operacional Android; 5. Tela 10.1"; 6. Resolução Mínima**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1920x1200 (WUXGA) 7. Memória RAM mínima de 2GB 8. Memória interna (ROM) 32GB Suporte ao Cartão de Memória MicroSD; 9. Rede/Bandas: 2G GSM, 3G UMTS, 4G FDD LTE; 10. Conectividade: ANT+, USB2.0, GPS, Glonass, Beidou, Galileo, Conector de fone de ouvido 3.5 (Padrão P2), Wi-fi 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80, Wifi Direct, Bluetooth v5.0(LE até 2 Mbps), Perfis de Bluetooth A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP, PC Sync Smart Switch (versão para PC); 11. Câmera traseira 8.0 MP com foco automático, resolução-gravação de vídeos FHD (1920x1080) @30fps. Câmera frontal 5.0 MP; 12. Bateria 6150 mAh; 13. Fone de ouvido 14. Carregador; 15. Cabo USB de conexão da interface de sincronismo com microcomputadores; 16. Obs: Referência Samsung Galaxy Tab A10.1 (4G) SM-T515NZSLZTO ou Superior. Garantia de 24(vinte e quatro) meses. On site. Marca: Samsung. Unid. Quant. 35. Valor Unit. R\$ 1.790,00. Valor total do fornecedor R\$ 62.650,00. ARP n°. 21/2020. Adjudicatária: **CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI. CNPJ: 22.416.068/0002-70.** Objetos: **I) Item 1 do Edital. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS** Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta; Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro; Velocidade de impressão no mínimo 6 polegadas (152 milímetros) por segundo; Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo. Suporte a impressão de códigos de barras lineares: 1D : EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB 2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para cartão SD; Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina; Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes; Suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas; Interface de comunicação serial, paralela, USB; Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75^a. Marca: TSC. Unid. Quant. 30. Valor Unit. R\$ 2.190,00. Valor total do Item. R\$ **65.700,00.** **II) Item 3 do Edital. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS** Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta; Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro; Velocidade de impressão no mínimo 6 polegadas (152 milímetros) por segundo; Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo. Suporte a impressão de códigos de barras lineares: 1D : EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB 2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cartão SD; Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina; Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes; suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas; Interface de comunicação serial, paralela, USB; Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75^a; Marca: TSC. Unid. Quant. 10. Valor Unit. R\$ 2.190,00. Valor total do Item, R\$ **21.900,00**. Valor total da ARP, R\$ **87.600,000**. Valor Total das ARP's: R\$ **150.250,00**. Vigência das ARP, 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada em 28/05/2020, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e pelos representantes das empresas, em datas variadas.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 03/06/2020, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 19/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V e no § 2º do art. 9º do do Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto nº 7.892/2013 e Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE-RO, elaboramos o presente Termo de Referência com vistas à formação de Registro de Preços, por meio de pregão eletrônico, para eventual aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para suprir as necessidades deste Tribunal.

2. OBJETO

Formação de registro de preço para aquisição eventual de **BENS PERMANENTES DIVERSOS DE INFORMÁTICA** para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme condições, exigências, especificações técnicas mínimas e quantidades discriminadas neste capítulo do termo de referência.

Tabela 1 - Descrições e quantitativos dos bens		
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QTD
1	Impressora de etiquetas e código de barras	40
2	Tablet	35



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES:

1. IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS

1. Método de impressão por transferência térmica ou térmica direta;
2. Resolução de aproximadamente 203 ppp (pontos por polegada), equivalente a 8 pontos por milímetro;
3. Velocidade de impressão no mínimo 6 polegadas (152 milímetros) por segundo;
4. Suporte a tipos de mídia: gap, Black Mark, contínuo.
5. Suporte a impressão de códigos de barras lineares:

1D : EAN-8, EAN-13, Code 39, Code 93, Code 128, I 2 of 5, ITF, Coda bar, UPC-A, UPC-E, IMB

2D : PDF417, QR code, Maxi code, Data Matrix.

6. Processador de no mínimo 200 MHz, RISC de 32 bits com 4 MB de memória Flash, slot de expansão para cartão SD;
7. Sensores de mídia transmissivos, reflexivos e de fim de bobina;
8. Driver compatível com sistema operacional Windows 07 e versões mais recentes;
9. Suporte a bobinas térmicas de cera, resina ou mistas;
10. Interface de comunicação serial, paralela, USB;
11. Fonte de alimentação AC: 100~240V / 50~60HZ, 1.5A Saída DC: 24V, 3.75^a;
12. **Constatou-se que pelo menos as impressoras das marcas Elgin, Zebra e Bixolon podem atender às especificações técnicas descritas neste termo de Referência, o que não impede que, se cotadas outras marcas, os licitantes comprovem que essas também atendam todas as especificações técnicas.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. TABLET

3. Processador Octa core 1.8, 1.6 GHz ou superior;
4. Sistema operacional Android;
5. Tela 10.1”;
6. Resolução Mínima 1920x1200 (WUXGA)
7. Memória RAM mínima de 2GB
8. Memória interna (ROM) 32GB Suporte ao Cartão de Memória MicroSD;
9. Rede/ Bandas: 2G GSM, 3G UMTS, 4G FDD LTE;
10. Conectividade: ANT+, USB2.0, GPS, Glonass, Beidou, Galileo, Conector de fone de ouvido 3.5 (Padrão P2), Wi-fi 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80, Wi-fi Direct, Bluetooth v5.0(LE até 2 Mbps), Perfis de Bluetooth A2DP, AVRCP, DI, HFP, HID, HOGP, HSP, MAP, OPP, PAN, PBAP, PC Sync Smart Switch (versão para PC);
11. Câmera traseira 8.0 MP com foco automático, resolução-gravação de vídeos FHD (1920x1080) @30fps. Câmera frontal 5.0 MP;
12. Bateria 6150 mAh;
13. Fone de ouvido
14. Carregador;
15. Cabo USB de conexão da interface de sincronismo com microcomputadores;
16. Obs: Referência Samsung Galaxy Tab A10.1 (4G) SM-T515NZSLZTO ou Superior.
17. **Justificativas técnica das especificações:** A exigência do **sistema operacional ANDROID** se justifica porque é um sistema operacional que possui código de licença aberto, o que faz com que a grande maioria dos fabricantes como Samsung, Sony, Positivo, Lenovo entre outras adotem o sistema Android como sistema padrão e isso torna a sua presença no mercado ainda mais rica em termos de hardware. Por sua vez, a exigência de **processador OCTACORE**, que, por possuir oito núcleos influencia diretamente no desempenho do equipamento, evita travamento e traz resposta mais rápida que os tradicionais Quadcores (processadores com quatro núcleos) e outros, leva à conclusão que **apenas a marca Samsung atende integralmente às especificações técnicas.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2 GARANTIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS:

I - Período de garantia:

a) Mínimo de 24 (vinte e quatro) meses para a garantia e a assistência técnica dos equipamentos, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, sem prejuízo garantia adicional oferecida pelo fabricante;

c) A contratada deverá prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material.

2.3 FORMA DE ATENDIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

a) A contratada deverá manter Central de Atendimento (telefônico com serviço gratuito (0800) ou, no máximo, com custo de ligação local em Porto Velho ou, ainda, no sítio da Internet) para abertura dos chamados de garantia, em dias úteis (segunda a sexta-feira) em horário comercial (08:00 às 18:00 horas);

b) A contratada deverá fornecer o número de protocolo dos chamados iniciados pelo contratante;

c). Os serviços de reparos e assistência técnica serão executados nas dependências do TRE-RO em Porto Velho/RO, pelo sistema *on-site*, em horário comercial (08:00 às 18:00 horas), de segunda a sexta-feira, devendo ser iniciados até o próximo dia útil posterior ao da abertura do chamado pelo contratante;

d). Os serviços deverão ser prestados por profissionais habilitados e especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 7 (sete) dias corridos, contados da abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos, sem ônus adicional ao TRE-RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) Caso a Contratada não forneça atendimento *on-site* nas dependências do TRE-RO em Porto Velho/RO, deverá assumir todos os custos do traslado para reparo ou substituição do equipamento defeituoso.

3. JUSTIFICATIVA

I- A presente solicitação tem como motivação a necessidade de renovação e complementação do parque de equipamentos de informática do TRE-RO e zonas eleitorais, fornecendo dispositivos novos e de boa qualidade, além de fornecer suporte e garantia do fabricante ou do fornecedor.

II - As impressoras de etiquetas deverão substituir aquelas em uso na Secretaria do TRE-RO e zonas eleitorais que porventura vierem a apresentar defeito e que não estão mais cobertos por garantia. A ausência de cobertura causaria transtornos aos usuários, uma vez que a Seção de Suporte Especializado dispõe atualmente poucas - ou nenhuma - unidades para reposição.

III - Quanto aos tablets, será enviado uma unidade para cada Zona Eleitoral e acréscimo do acervo de reserva para substituições ou necessidades eventuais. Uma parte deles suprirá as necessidades do **PROJETO ELEITOR EM PERSPECTIVA**, cujos plano de ação e de mídia encontram-se descritos nos eventos [0443017](#), [0443019](#) e [0443021](#); também deverão equipar os terminais de autoatendimento para divulgação e avaliação dos serviços prestados ao eleitor, nas zonas eleitorais - do interior e da Capital - e demais unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

IV - Por fim, parte dos tablets aqui demandados

IV - Registra-se ainda que as equipamentos que compõem os quantitativos desta demanda decorrem do desfecho do Pregão Eletrônico n. 32/2019, que restou fracassado conforme registrado no Relatório do Certame juntado ao processo pela SLC no evento n. 0485077.

V - FASE DE PLANEJAMENTO: Estudo técnico preliminar (ETP) - Inciso IV do Art. 3º, c/c o inciso I do Art. 8º do Decreto Federal n. 10.024/2019: O novo decreto do Pregão Eletrônico está em fase de implantação no órgão. Porém, tratando-se de SOLUÇÃO DE TIC regulada pela Resolução CNJ n. 182/2013, o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, elementos exigidos pela nova norma, estão demonstrados nos formulários juntados nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventos [0385462](#), [0437284](#), [0437287](#), [0437295](#) e [0437305](#), pelo que se entende cumprida a fase de ETP. **De notar-se que os ajustes ora processados neste TR não contrariam as linhas gerais do planejamento da contratação representado por esses documentos.**

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

I - A presente solicitação foi elaborada com base nos princípios do planejamento, da objetividade, da eficiência e da qualidade, conforme demonstrado a seguir.

Princípio da objetividade: Este documento dá ciência a alta administração do TRE-RO no sentido de que conheça as necessidades reportadas a esta Secretaria e caso autorizado, possibilite a imediata aquisição dos equipamentos solicitados.

Princípio da eficiência: Em função de ações estabelecidas para serem cumpridas em 2020 e principalmente, a falta de recursos orçamentários disponíveis, torna-se mais eficiente a aquisição dos equipamentos eletrônicos através de registro de preço.

II - A proposta aqui apresentada contribui para o alcance dos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PETIC 2015-2020 da STI, a saber:

Planejamento Estratégico do TRE:

Tema: Celeridade e Produtividade na prestação jurisdicional

Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e comunicação (PCTIC):

- Prover infraestrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas;

III - Plano de Contratações de Soluções de TIC 2019, item 7

(evento [0370091](#)): A aquisição pleiteada neste documento encontrava-se prevista no referido Plano do exercício de 2019. Continua sendo necessária pela frustração do certame originário. O Plano de Contratações reúne as características de um plano tático-operacional, na medida em que representa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

um desdobramento do Plano Estratégico em ações dentro do exercício financeiro, sejam elas para apoiar o alcance dos atuais objetivos estratégicos da Instituição, ou mesmo para manter padrões já atingidos, decorrentes dos planos estratégicos anteriores.

A presente demanda, resulta diretamente da necessidade de manutenção de uma condição padrão atingida e é consentânea com os objetivos do PETIC 2015-2020, de:

- *Prestar serviços de TIC em consonância com os requisitos do cliente.*
- *Promover a segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos.*

Atualmente a aquisição está alinhada às diretrizes estratégicas, conforme **Plano de Contratações de Soluções de TIC 2020, quadro 3 (evento [0479165](#))**

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017. Os critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais, em fase de tramitação neste órgão.

5.2 Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

5.3 Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

5.4 Em razão das inúmeras **normas de sustentabilidade ambiental de exigência obrigatória em função de expresse texto legal**, aplicáveis aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

bens objeto deste termo de referência, exige-se que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010).

5.5 CADASTRO TÉCNICO FEDERAL IBAMA:

5.5.1 IMPRESSORA DE ETIQUETAS E CÓDIGO DE BARRAS: Tratando-se de bens classificados com eletroeletrônicos, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no **Códigos 5-4 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013** - que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981 - deveria ser exigido dos fabricantes o registro nesse cadastro do IBAMA. Ocorre que, após consulta, verificou-se que apenas 2 fabricantes possuem inscrição nesse banco de dados (evento [0513571](#)). Contudo, embora a Administração do TRE-RO esteja comprometida com o estabelecimento de critérios sustentáveis em suas contratações, forçoso reconhecer que a exigência dessa obrigação para esse equipamento levará à inegável restrição de competitividade. Assim, de forma justificada, não será exigida essa obrigação, situação que, por sua vez, não distoa da posição adotada que vem adotando o TCU em sua jurisprudência sobre o assunto, tal como no TC 003.405/2010-09, *verbis*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar com empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.

5.5.2 TABLET: Conforme registrado no Capítulo deste TR, que trata das especificações, concluiu-se que **apenas a marca Samsung atende integralmente às especificações técnicas do equipamento que se pretende adquirir.** Assim, tratando-se de bens classificados com de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

informática, cuja atividade de fabricação ou industrialização também está enquadrada no **Códigos 5-4 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013** - que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981 - deverá ser exigido dos licitantes, como condição de recebimento das propostas, a comprovação de inscrição regular e válida desse fabricante no referido cadastro.

5.6 LOGÍSTICA REVERSA: O art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto 7.404/2010 e, ainda a determinação contida no artigo 17, inciso IV, da Resolução n. 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a contratada deverá realizar, **SEM QUALQUER ÔNUS AO CONTRATANTE**, a **logística reversa dos equipamentos cotados** e destinar o material de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei. Também o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades. Ocorre que o novíssimo **Decreto Federal n. 10.240, de 12 de fevereiro de 2020**, que regulamenta, em âmbito nacional, a implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico, disciplinou a matéria de modo diverso. Relacionando de forma expressa, em seu Anexo I, os bens pretendidos neste TR (impressoras e tablets), o referido regulamento estabeleceu que esses produtos eletroeletrônicos somente serão objeto de logística reversa de acordo com o cronograma instituído em seu Anexo II. Nesse quadro, a logística reversa obrigatória será exigível apenas em 1 município do Estado de Rondônia **a partir do ano de 2023**, em um percentual de mínimo 6%. Sem entrar no mérito das novas regras, tem-se que a exigência de logística reversa para esses equipamentos poderá ser objeto de questionamentos e impugnações pelos licitantes. Até porque a Administração do TRE-RO vem exigindo dos próprios licitantes, na ausência de procedimento eficaz dos fabricantes, o cumprimento dessa operação. **Em conclusão, não será exigida a logística reversa obrigatória para os dois equipamentos. Contudo, esse fato não impede que os licitantes possam, de forma espontânea, se**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprometerem a realizá-la, desde que se manifestem expressamente no chat, quando da fase de aceitação de propostas.

6. PREÇO ESTIMADO E DO CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO

O valor da aquisição foi estimado em **R\$ 280.323,75 (Duzentos e oitenta mil trezentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos)**. Este preço é resultado do **valor médio** oriundo da pesquisa no Banco de Preços juntado a este processo, sintetizada no quadro seguinte.

Tabela 2 - Demonstração do preço estimado						
Item	Descrição	Fonte: Banco de Preços	Qtd	Valor	Vl. Médio	Total (Vl. Médio)
01	Impressora de etiquetas e código de barras	Pregão Eletrônico: 52/2019 UASG: 974002	40	5.990,00	R\$ 5.215,07 (0495163)	R\$ 208.602,80
		Pregão Eletrônico: 15/2019 UASG: 160328		R\$ 6.010,52		
		Pregão Eletrônico: 48/2019 UASG: 150229		R\$ 5.650,00		
		Pregão Eletrônico: 32/019 UASG: 155848		R\$ 5.308,84		
		Pregão Eletrônico: 15/2019 UASG: 158350		R\$ 3.116,00		
02	Tablet	Pregão Eletrônico: 191/2019	35	R\$ 1.688,50	R\$ 2.047,17 (0495367)	R\$ 71.720,95



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		UASG: 988561			
		Pregão Eletrônico: 39/2019 UASG: 158009		R\$ 2.375,00	
		Secretaria da casa militar ID005814/2019		R\$ 2.078,00	
Total Geral					R\$ 280.323,75



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1 CRONOGRAMA DE AQUISIÇÃO

Os bens permanentes serão adquiridos conforme a necessidade efetiva deste órgão. As quantidades de cada item são estimadas e não obriga a Administração a sua contratação total durante a validade a Ata de Registro de Preços, podendo o TRE-RO realizar a contratação dos quantitativos necessários, observado o quantitativo mínimo por item, na forma do cronograma abaixo:

Tabela 3 - Cronograma de aquisição			
Item	QTDDE TOTAL	1º SEM 2020	2º SEM 2020
1	40	20	20
2	35	35	-

6.2 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

6.2.1 A despesa decorrente do presente Termo de Referência foi programada/contemplada parcialmente no Orçamento Anual do exercício de 2020, conforme dados do SIGEPRO, reproduzido no quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa adiante:

Tabela 4 - FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Orçamento Ordinário 2020
AGREGADOR	Operação dos Serviços de Informática. Equipamentos de Informática
DESPESA AGREGADA	Reaparelhamento
PLANO INTERNO	AREA INFORM
VALOR ESTIMADO	R\$ 280.323,75

6.2.2 A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto 7892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa aguardar a liberação do orçamento da União ou a existência de dotação financeira para deflagrar o certame. A



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

7. FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

I - Inicialmente, registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

II - É conveniente à Administração que a aquisição dos equipamentos desse por meio de registro de preço porque, conforme registrado na Estratégia para Contratação (edoc n. [0437295](#)) o registro de preços possibilitará que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada dentro do período de vigência da ARP, garantindo melhor planejamento por parte da STI no atendimento das demandas registradas nas justificativas deste TR. Até porque seria difícil prever com precisão o quantitativo de equipamentos necessários à reposição daqueles danificados (não se pode prever exatamente quais e quantos deverão ser substituídos).

III - Essa estratégia do SRP garante, ainda que na falta de orçamento, as aquisições restantes sejam realizadas com orçamento do exercício financeiro de 2020.

IV - Dadas as circunstâncias, entendemos pertinente a adoção do sistema de registro de preços, fundada no art. 3º, II, do Decreto n. 7.892/2013.

7.2. REGISTRO DE “IRP”:

I - Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Suporte Especializado, **manifesta-se DESFAVORÁVEL** ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) porque esse ato retardará o desfecho da aquisição, já prejudicada pelo fracasso no Pregão Eletrônico n. 32/2019.

7.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das **especificações dos equipamentos**, bastantes usuais em inúmeros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

III - De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

IV - De acordo Com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.892/2013.

V - No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 -** e, por fim, na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

VI - Para o procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, com as alterações promovidas pelo Decreto 8.250/2014, e na Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

8. CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por item, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste Termo de Referência.

II - Sugere-se a adoção de **modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de R\$ 10,00 (dez reais) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.**

8.2 REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

I - ITEM 1: Impressoras: O valor total do item excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Contudo, Tratando-se de itens de natureza divisível, esta unidade se manifesta pela destinação de uma cota de 25% (10 unidades) exclusivamente à participação das ME/EPP'S, na forma prevista no art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 8º do Decreto n. 8.538/2015.

I - ITEM 2: Tabletes: O item possui valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); portanto devem ser destinados exclusivamente à participação das ME/EPP'S, na forma prevista no art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015.

8.3 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA REGULAMENTADO PELO DECRETO N. 7.174, DE 12/5/2010 E DECRETO N. 8.184 DE 17/1/2014: No quadro adiante estão informados o enquadramento dos bens objeto deste TR em relação aos dois decretos que tratam da preferência aos fornecedores de bens e serviços de informática:

Tabela 5 - Enquadramento dos bens				
Item	Descrição do bem	QTD	Decreto 7.174/2010	Decreto 8.184/2014
1	Impressora de etiquetas e código de barras	40	Bens de informática	IMPRESSORAS: De transferência térmica de cera sólida.
2	Tablet	35	Bens de informática	Máquinas automáticas para processamento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

				de dados, portáteis, de peso não superior a 10 kg, que contenham pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela.
--	--	--	--	--

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte e frete, garantia e assistência técnica no período da garantia, abrangendo, se for o caso, custos com mão de obra, tributos e encargos sociais decorrentes, enfim, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos equipamentos ofertados.

II - ITEM 2 - TABLETES SANSUNG: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá enviar ao Pregoeiro, **sob pena de não-aceitação da proposta**, o comprovante de registro do fabricante do equipamento no **Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais**, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, atividade e enquadrada no **Códigos 5-4 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 06, de 15/03/2013**, que regulamenta o referido cadastro instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6.938, de 1981. Em relação ao item 1 (impressora) o registro no CTF está dispensada em razão da justificativa constante do item 5.5.1 do Capítulo 5 deste TR.

a) É facultado ao pregoeiro verificar o atendimento da inscrição por meio de consulta aos sítios eletrônicos das entidades reguladoras.

LOGÍSTICA REVERSA: Não será exigida a logística reversa obrigatória para os dois equipamentos. Contudo, esse fato não impede que os licitantes possam, de forma espontânea, se comprometerem a realizá-la, desde que se manifestem expressamente no chat, quando da fase de aceitação de propostas.

III - Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste TR;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - O preço estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

V - Será declarado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências do edital, ofertar o menor preço global para os itens do certame.

8.5 HABILITAÇÃO:

I - De acordo com as regras gerais definidas pelo edital.

9. ATA DE REGISTRO DE PREÇO

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

d). Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor da ata para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no **Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019**, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

10. DO CONTRATO

10.1 REGRAS GERAIS:

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “*caput*” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.2 OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

10.2.1. São obrigações da Administração contratante:

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste TR, no edital e no instrumento de contrato;

II - Orientar a contratada acerca do fornecimento e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

III - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada para a fiel execução do avençado;

IV - Receber pela Seção de Suporte Especializado os equipamentos acompanhados da Nota Fiscal, de forma provisória, em **até 5 (cinco) dias úteis** após a entrega, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação;

a) O recebimento provisório consistirá de inspeção visual do equipamento, verificação do quantitativo e do valor da nota. As especificações também serão avaliadas por meio de documentação técnica que acompanham o equipamento, informações fornecidas pela Contratada e disponível no site do fabricante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela fiscal do contrato - do qual deverá explicitar a razão da recusa do equipamento - os materiais entregues em que se tenha constatado:

- a) Equipamentos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;
- b) Equipamentos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência;
- c) Equipamentos que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.
- d). Outras situações que justifiquem a recusa.

VI - Notificar a contratada, na ocorrência da situação prevista no inciso anterior, para, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados da notificação, reparar, corrigir, ou substituir às suas expensas, os equipamentos em desacordo com as especificações exigidas;

- a). Em caso de vícios insanáveis no equipamento, a contratante solicitará a troca do equipamento. Obedecendo ao fator de três ocorrências de defeitos, iguais ou não, no período de 1 (um) ano, para um mesmo equipamento, a contratada substituirá o equipamento com vício por outro de características técnicas iguais ou superiores às previstas neste termo de referência, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**.

VII - Receber os equipamentos, em caráter definitivo, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento provisório, mediante emissão de termo de recebimento definitivo e certificar a nota fiscal dos produtos;

- a) O recebimento definitivo somente ocorrerá após comprovação do perfeito funcionamento dos equipamentos e adequações às especificações técnicas, e em testes funcionais de configuração e desempenho, em, no mínimo, 10%(dez por cento) dos equipamentos/materiais recebidos pela Seção de Suporte Especializado;

VIII - Acompanhar e fiscalizar - por seus agentes - os aspectos quantitativo e qualitativo, os quais anotarão em registro próprio as falhas detectadas e comunicarão à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

IX - Pagar o preço acordado, em uma parcela única, através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de apresentação da nota fiscal/fatura devidamente certificada pela Gestão do contrato;

a) Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar regular perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça Trabalhista;

b). Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços;

c). Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

10.2.2 São obrigações da contratada:

I - Cumprir as obrigações contratuais e ainda, as disposições estabelecidas no edital, neste termo de referência e em sua proposta, as quais integrarão o futuro contrato independentemente de transcrição;

II - Entregar os equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dia, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

a) Os equipamentos deverão ser entregues no Depósito de equipamentos da STI, na Av. Presidente Dutra, 1889 Anexo II – Areal, Porto Velho/RO - CEP: 76.805-901;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Gestão do Parque Computacional;

III - Substituir às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do Termo de Recusa, os equipamentos recusados;

IV - Recolher, mediante agendamento, as suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição;

a). Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o contratante se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica o TRE-RO no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da contratada.

VI - Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação devidamente justificada do prazo inicial, dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

a) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

VII - Prestar, durante o período de garantia, assistência técnica contra eventuais defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos, como também para a solução de problemas de funcionamento durante a utilização normal do equipamento, independentemente da existência de falha material;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

IX - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização pela contratante e prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder sua fiscalização ou acompanhamento;

XII - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;

XIII - Manter-se, durante a execução do Contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

11.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações do contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega, correção de vícios ou substituição dos equipamentos recusados:

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues, impróprios ou não substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Atraso na manutenção ou substituição de equipamentos durante o período de garantia:

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens a serem manutidos ou substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Descumprimentos das **demaís obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) . De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

11.3. Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste TR, nos seguintes termos:
 - b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;
 - b2) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contato, no caso de recusa em cumprir acréscimos ao contato que sejam considerados obrigatórios na forma prevista em lei;
 - b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;
 - b4) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de não emissão de documento, imprescindível ao pagamento;
 - b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, caso negue-se a fornecer a integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

11.5 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).

11.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

11.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

11.8 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.9 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02);

11.10 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

11.11 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

11.12 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - A Gestão do contrato será exercida pelo titular da titular da Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE) do TRE-RO, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas no art. 28 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

II - A Fiscalização do contrato será exercida pelo titular da Seção de Suporte Especializado (SESUE) do TRE-RO, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas no art. 27 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

III - Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste termo de referência serão esclarecidas pelo Chefe da Seção de Suporte Especializado ou por quem suas vezes fizer, na Av. Presidente Dutra n. 1.889 Anexo II, Bairro Areal, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.805-901 ou através dos telefones (69) 3211-2042 e (69) 3211-2078, ou ainda pelos e-mails segpc@tre-ro.jus.br e sesup@tre-ro.jus.br.

14. DOS ANEXOS

São anexos deste termo de referência:

1. Cotação de Preços Impressoras de Etiquetas ([0495163](#));
2. Cotação de Preços Tablet ([0495367](#)).



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assistente de Gabinete**, em 16/03/2020, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PLÍNIO MARTINS DE OLIVEIRA, Coordenador(a)**, em 16/03/2020, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR PEREIRA DA SILVA, Assistente Administrativo de Seção**, em 16/03/2020, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000420-79.2019.6.22.8000

INTERESSADO: **SEGOVTIC**

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 14/2020** – Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de bens permanentes de informática (impressoras de etiquetas e tablets), para suprir as demandas da Justiça Eleitoral de Rondônia.

PARECER JURÍDICO Nº 94 / 2020 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC**, com o objetivo de eventual **contratação de equipamentos de microinformática (Item 1 - impressora de etiquetas e Item 2 - tablet)**, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, consoante o Termo de Abertura [0385461](#).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico ([0525682](#)), o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 74/2020 – PRES/DG/AJDG ([0528384](#)).

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2020 ([0528797](#)) em 30/4/2020, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0529649](#)).

04. Foi apresentado 1 (um) pedido de esclarecimento, devidamente respondido e que não alterou as cláusulas do Edital ([0533102](#)). Não houve impugnação.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) relatório de propostas - Comprasnet ([0535436](#));
- b) relatório de propostas item 2 após desempate ([0535440](#));
- c) proposta inicial da empresa LENISE ARRABAÇA BARBOSA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ([0535448](#));
- d) proposta inicial da empresa VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA –EPP ([0535449](#));
- e) manifestação desfavorável da unidade técnica sobre a proposta apresentada pela empresa LENISE ARRABAÇA BARBOSA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para os itens 1 e 3 e favorável sobre a proposta da empresa VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, para o item 3 ([0535613](#));
- f) manifestação da unidade demandante sobre a aceitabilidade das propostas apresentadas ([0535781](#) e [0536151](#));
- g) documentos de habilitação da empresa VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA –EPP, CNPJ n. 21.997.155/0001-14 ([0537876](#)); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h) documentos de habilitação da empresa CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI, CNPJ n. 22.416.068/0002-70 ([0537878](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos o Resultado de Licitação ([0537887](#)), a Ata do certame ([0537880](#)), Resultado por Fornecedor ([0537883](#)), Termo de Adjudicação ([0537884](#)), e publicação do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0538658](#)).

07. Por fim, em seu relatório ([0537890](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0537909](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2020.

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado decreto.

09. Na publicação do aviso ([0529649](#)) consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

10. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

I – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento que não alterou as cláusulas do instrumento convocatório supracitado.

II - Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

III – Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0535436](#)) e na ata do certame ([0537880](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório 29/2020, elaborado pelo Pregoeiro ([0537890](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

V - Item deserto: Não houve.

VI – Fase de Habilitação: O Pregoeiro habilitou, para o **item 02**, a licitante VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ 21.997.155/0001-14 ([0537876](#)) e para os **itens 2 e 3**, a licitante CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI, CNPJ 22.416.068/0002-70 ([0537878](#)).

VII – Recursos: Não houve.

11. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

12. Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0537880](#)).

13. Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto para produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

14. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0537884](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 25/05/2020, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000420-79.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEGOVTIC.

ASSUNTO: Aquisição de bens permanentes de informática (impressoras de etiquetas e tablets), para suprir as demandas da Justiça Eleitoral de Rondônia. Homologação de Pregão Eletrônico n. 14/2020.

DESPACHO Nº 740 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC**, com o objetivo de eventual **contratação de equipamentos de microinformática (Item 1 - impressora de etiquetas [ampla concorrência]; Item 2 - tablet; e Item 3 - impressora de etiquetas [Cota reservada ME/EPP])**, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO, consoante o Termo de Abertura [0385461](#).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico nº 14/2020 ([0528797](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0537880](#)); o Resultado por Fornecedor ([0537883](#)); Relatório nº 29/2020 ([0537890](#)); Resultado de Licitação ([0537887](#)) e o comprovante de publicação do resultado ([0537903](#)).

Houve 1 (um) pedido de esclarecimento, devidamente respondido e que não alterou as cláusulas do Edital ([0533102](#)). Não houve impugnação ou recurso.

Cumprida a fase de julgamento, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 21.997.155/0001-14 - VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, item 02, valor R\$ 62.650,00 (sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais) e 22.416.068/0002-70 - CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI, itens 01 e 03, valor R\$ 87.600,00 (oitenta e sete mil e seiscentos reais). Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 150.250,00 (cento e cinquenta mil duzentos e cinquenta reais).

Mediante o Parecer Jurídico nº 94/2020 ([0539391](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0537884](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 .

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0537880](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 14/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0537884](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 26/05/2020, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.